



(TRANS)PONDO OS LIMITES DO CORPO E DA MENTE: UM ESTUDO SOBRE TRANSGENERIDADE

Myria Juscilânia Maraço Silva (1); Alessandro Dutra Bezerra (1); Renaly Arruda de Sousa (2);
Francisca de Paula Soares Ferreira e Ferreira (3); Francisco Felipe Paiva Fernandes (4).

Universidade Federal de Campina Grande, Myria_silva@hotmail.com¹.

RESUMO: O tema Transgeneridade, que aos poucos vem tomando visibilidade, ainda é um assunto distante das discussões e debates regulares em nosso meio. A falta de informação e devida disseminação faz com que as pessoas que estão fora dessa realidade não compreendam a situação dos transgêneros, o que causa discriminação e preconceito, situação que é comum acontecer com grupos que são “diferentes” do considerado “normal” pela sociedade. Sendo assim, percebe-se a necessidade de um conhecimento maior sobre os transgêneros, para haver um maior entendimento acerca da condição e situação dessas pessoas na sociedade. O objetivo desse trabalho é realizar um estudo sobre a transgeneridade numa tentativa de promover um maior entendimento sobre o tema e o incluir nos debates de âmbito tanto acadêmico quanto social.

Palavras Chave: Transgeneridade; Diversidade; Preconceito; inclusão.

INTRODUÇÃO: Cada um (a) de nós é uma pessoa única, que, porém tem características comuns a toda a humanidade. Elas nos identificam com alguns e nos tornam diferentes de outros, como a região em que nascemos e crescemos, classe social, se temos ou não uma religião, idade, nossas habilidades físicas, entre outras que marcam a diversidade humana (JESUS, 2012). Dentre essas dimensões de diversidade se situa o gênero.

Antes mesmo de nascer, todo ser humano já é enquadrado em um gênero que o determina na sociedade e na família em que viverá. Considerando que as sociedades ocidentais possuem forte característica heteronormativa, em que o padrão estabelecido é o

heterossexual, torna-se inteligível o gênero masculino e o feminino quando são orientados à manifestação do desejo sexual pelo sexo oposto. Assim, todos aqueles que não se “encaixam” nessa fórmula passam a ser incoerentes, o que cria o ambiente propício ao não reconhecimento como pessoa no sentido da identidade de gênero (ALEIXO; SMITH, 2014).

O objetivo desse trabalho é realizar um estudo sobre a Transgeneridade, uma identidade de gênero que ultrapassa a regra heteronormativa social, através de instrumentos que abordam tal assunto, para melhor entender e repassar as informações, de maneira a não ser algo definitivo ou determinista, mas que proponha



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

abrir espaço para haver interesse e discussão para essa temática. Justifica-se a realização desse trabalho tendo em vista a pouca abordagem do tema nos debates sociais derivando a falta de informações suficientes para a compreensão e inclusão do grupo trans, o que causa preconceito, discriminação e até intolerância por parte da população. Visto que o campo de estudo é muito amplo e percorre vários âmbitos sociais, pretendemos aqui não determinar um foco específico para debate, mas abordar um pouco de cada ponto importante, de forma que os campos essenciais sejam abordados e debatidos.

Metodologia: O método utilizado para realização do trabalho foi revisão bibliográfica de textos, artigos, monografias, estudos de caso que permeiam esse tema e a busca de instrumentos midiáticos filmes, curta ou longa metragens, reportagens, sites e depoimentos que abordam tal assunto.

Resultados e Discussão: Identidade de gênero é uma percepção íntima com o gênero que cada pessoa se identifica. Orientação sexual diz respeito à por qual gênero o sujeito se atrai afetivamente e expressão de gênero é a forma como o sujeito se apresenta para o mundo e a maneira como o mundo faz a leitura da forma como o sujeito se apresenta.

Um fator importante a ser apontado, portanto, é a diferença entre sexo e gênero. Segundo Strey (2013), sexo diz respeito às

características fisiológicas relativas à procriação, à reprodução biológica, não determina, em si mesmo, o desenvolvimento posterior em relação a comportamentos, interesses, estilos de vida, ou papéis a desempenhar, nem tampouco determina o sentimento ou a consciência de si mesmo/a, nem das características da personalidade, isso tudo seria determinado pelo processo de socialização, enquanto gênero, de acordo com Scott (1995, apud GALINKIN; ISMAEL, 2011) é um construto analítico, usado para explicar as relações sociais entre pessoas de diferentes sexos e orientações sexuais, assim como a variedade de sentidos atribuídos a essas diferenças, que ocorrem nas várias culturas e diversas sociedades.

Sendo assim, gênero se refere a formas de se identificar e ser identificado como homem ou como mulher, orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual. O mesmo se pode dizer da identidade de gênero: não corresponde à realidade pensar que toda pessoa é naturalmente cisgênero. (JESUS, 2012).

O gênero é multifacetado, defini-lo é limitá-lo. Mas definir ajuda a entender um pouco



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

melhor. Primeiro é preciso saber que as pessoas podem ser enquadradas em cisgênero ou transgênero. Cisgênero é o nome que se dá para as pessoas que se identificam com o gênero que lhe é atribuído no nascimento; transgênero é o nome dado às pessoas que não se identificam com o gênero que é atribuído no nascimento. Ainda existem as pessoas que não se identificam com nenhum gênero, não havendo consenso em sua denominação, há quem as chame de *queer* ou ainda reutilize o termo transgênero (JESUS, 2012).

Transgênero é um grande grupo identitário que abarca a população travesti e transexual. Porém, no Brasil, por conta do histórico de luta por direitos, há a divisão em grupos sendo esses travestis, transexuais e transgêneros, mas fora do país, todos os grupos estão juntos em um único grupo de pessoas que não se reconhecem com o gênero de nascimento. Tendo em vista a grande diversidade de se vivenciar o gênero, no Brasil são reconhecidos dois aspectos gerais da denominação de transgênero: a primeira diz respeito à identidade, que caracteriza transexuais e travestis; a segunda diz respeito à funcionalidade que é representada por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas. Vale salientar que essas denominações se dão a nível didático de explicação, visto que mesmo as pessoas que estão dentro desses grupos podem não se

identificar com eles, preferindo não se definir, e que esses grupos são muito diversificados, podendo abarcar muito mais do que é exposto nesse trabalho.

Historicamente, a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero (JESUS, 2012). Com o passar do tempo percebe-se que essa verdade de gênero, a partir da vivência com o corpo, é falaciosa, visto que é possível ter um corpo e se identificar com o gênero oposto a este.

A construção da identidade de gênero passa por inúmeras transformações no decorrer da vida, em momentos distintos para cada indivíduo, sendo influenciado por todos os atores sociais que determinam restrições em seu comportamento e, por conseguinte, sua capacidade de expressão é limitada. Assim, o corpo é adestrado, arquitetado, moldado e construído com base na cultura vigente. Dessa forma, a construção da identidade de gênero é um processo biopsicossocial, histórico e também simbólico e provém de experiências individuais e coletivas que vão construir



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

diversas configurações de gênero, como identidades únicas, múltiplas, contraditórias, instáveis e fluidas.

O processo de aquisição da identidade de gênero é complexo e construído com muitas dúvidas e expectativas perante os atores sociais. Desde a infância o ser humano é cercado de valores e normas preestabelecidas que afetam a sua forma de agir nesse processo de apropriação da identidade. A criança, nesse contexto, busca sair do individualismo para o social e, no processo de socialização, necessita de liberdade para que possa conseguir viver de forma adequada as suas experiências sociais e construir a sua subjetividade com equilíbrio emocional. A partir desse processo, espera-se que a criança passe a compreender as diversidades de gênero e também rompa com as ideias preconcebidas e expresse a sua identificação sem receio ou culpa. Sendo assim, pode-se intervir e reduzir ou eliminar algumas hierarquias e estereótipos que são normatizados na sociedade e que ditam como devem ser os comportamentos humanos.

A transexualidade é um dos temas privilegiados no debate atual sobre corpo, gênero e sexualidade. A compreensão desse processo, bem como suas transformações, depende do entendimento, análise e reflexão crítica da transexualidade enquanto um

dispositivo. O surgimento da sociedade disciplinar, tal como sugere Michel Foucault, foi condição imprescindível na reconfiguração das relações entre o poder e a forma de controle do corpo tanto individual quanto social. No interior dessas relações as sexualidades foram capturadas pelo modelo biopolítico, transformando-as num espaço de controle, disciplinarização, produções de verdades e intervenções que se constituíram a partir da união de diferentes saberes e um feixe de relações de poder disseminado por todo tecido social- o micropoder.

Podemos ver na obra de Michel Foucault, “História da Sexualidade, Vol. 1”, que o controle exercido pelo Estado sobre os corpos não é recente. O discurso da verdade do sexo adentra os corpos, e a sexualidade se torna fundamental, servindo para se compreender o sujeito em sua identidade e em seus desvios. Esse dispositivo que organiza e produz as identidades sexuais é chamado por Foucault de dispositivo da sexualidade. O conceito de dispositivo da sexualidade é uma ferramenta chave para a compreensão da produção da transexualidade enquanto patologia. Segundo Judith Butler (2010) o gênero não é apenas um desdobramento do sexo biológico. Ela procura romper com o entendimento de sexo e gênero como um sistema binário. Portanto, Butler propõe pensarmos o gênero de forma radicalmente independente do sexo, um



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

artifício flutuante onde é possível encontrar um homem num corpo feminino ou uma mulher num corpo masculino.

Para Butler, o gênero é um ato performativo construído por palavras e gestos que, ao serem expressos, criam uma realidade. E são esses atos repetidos de forma estilizada que produz um efeito ontológico que nos leva a crer na existência de homens e de mulheres. Nesse sentido, o sexo não funciona apenas como uma norma, mas opera nas práticas sociais como padrão de normalidade. A construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos (BUTLER, 2010).

Analisar a transexualidade pelo viés da patologia reduz e captura as singularidades e possibilidades de modos de existência das pessoas trans. Constitui-se parte da compreensão do dispositivo dar maior visibilidade às vozes consideradas “subalternas” que protagonizam a história da transexualidade enquanto um dos fenômenos mais singulares no âmbito das transformações de gênero na contemporaneidade, revelando a necessidade de trazer para o debate o que se encontra além dos discursos e práticas circunscritas nos espaços médicos, ou seja, o cotidiano, os saberes, as experiências, as diferentes vivências da transexualidade,

principalmente a percepção e conhecimento dos (as) transexuais sobre si mesmos, bem como suas experiências e relações interpessoais. Dessa forma, têm-se na potência das falas e ações desses sujeitos, possibilidades de resistência e subversões do imperativo normativo que assinala a transexualidade.

A busca/luta dos transgêneros pelo reconhecimento da identidade de gênero condizente com o sexo no qual se reconhecem vem se dando nas mais diversas esferas, dentre elas a saúde e os catálogos de diagnósticos (DSM- Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders- da APA- Associação Psiquiátrica Americana- e Classificação Internacional de Doenças- CID- da OMS- Organização Mundial de Saúde), buscando a despatologização da transexualidade.

Se focarmos a atenção ao movimento transgênero envolto na saúde, muitos serão os problemas com os quais tal grupo se depara. A luta vem se dando principalmente contra a medicalização e patologização da transexualidade e o direito a políticas públicas de saúde com um amplo acesso, apresentando profissionais capacitados. Além de medidas mais ávidas de humanização sem discriminação, concomitantes com a criação de políticas de saúde básica, visto que esse é um ponto ainda inexistente, como também a

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



mudança de nome, que seja condicente com a identidade de gênero.

A transexualidade começou a ser tratada como patologia na segunda metade do século XIX, quando se apresenta uma vontade científica de estabelecer mais firmemente uma norma, associada à heterossexualidade, e assim catalogar, isto é, nomear, classificar (e estigmatizar) os desvios vinculados tanto às práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, quanto transgressões dos códigos de reconhecimento social (ÁVILA; GOSSI, 2010). A inserção da transexualidade no DSM ocorreu em 1987, na sua terceira edição, com o codinome Transexualismo, englobando os indivíduos que apresentavam durante um período de dois anos um interesse ininterrupto pela redesignação sexual e a consideração do seu gênero social. Em 1994, o DSM IV modifica o termo Transexualismo por Desordem de Identidade de Gênero, termo também utilizado no CID-10, entretanto em 2001 o CID faz a trocar de “desordem” por “Transtorno de Identidade de Gênero”.

Dentro do DSM uma mudança mais recente vem acentuando as conquistas em torno da despatologização, ou seria essa a perspectiva, alterando assim o termo “Desordem de Identidade de Gênero” por “Disforia de Gênero”. A ideia seria banir a palavra “Transtorno”, que tem um teor de doença mental, substituindo pela “Disforia”,

hipoteticamente menos negativa e que designaria um sofrimento emocional relacionado à incongruência entre sexo e gênero. Mas, segundo a pesquisadora Jaqueline Jesus (2012) a APA não despatologizou a transexualidade, apenas a realocou dentro do Manual, e a agregou com outras expressões transgênero dentro da categoria ‘disforia de gênero’, considerando assim que todas as pessoas trans sofrem por terem essa identidade de gênero.

Dentro do próprio movimento pela despatologização trans, existem aqueles que se posicionam de maneira favorável à manutenção da medicalização da transexualidade, tendo em vista que muitos sujeitos trans– mas não todos– desejam se submeter à cirurgia de redesignação sexual. E, para tanto, tem-se a necessidade do diagnóstico médico correlacionado a Disforia de Gênero, e no caso do Brasil ao Transtorno de Identidade de Gênero, visto que são seguidas as considerações do CID-10 e é essa classificação que garante as pessoas transexuais o direito a terapia hormonal, psicoterapia e a transgenitalização (cirurgia de redesignação sexual– processo transexualizador).

O Ministério da Saúde reconhece que a orientação sexual e a identidade de gênero são determinantes e condicionantes da situação de saúde, e que o mal-estar e o sentimento de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

inadaptação em relação ao sexo anatômico dos usuários transexuais devem ser acolhidos e tratados pelo SUS (Sistema Único de Saúde), seguindo os preceitos da universalidade, integralidade e da equidade da atenção (ARAN; MURTA, 2009).

Os maiores desafios frente à democratização da política pública de readequação de sexo esta interligada ao fator limitador ocasionado pela heteronormatividade e o binarismo de gênero, além da institucionalização da assistência a transexuais que depende do modelo biomédico, sendo que as equipes interdisciplinares ainda apresentam certo nível de despreparo e desumanização, o que pode não garantir um atendimento livre de discriminação.

Embora o "Processo Transexualizador" no SUS tenha sido uma grande conquista, o acesso à saúde é um direito de todos/as, sendo que a assistência médica e psicológica a pessoas trans e o tratamento hormonal e cirúrgico pelos serviços públicos de saúde não devem estar subordinados a um diagnóstico médico-psiquiátrico. O princípio da integralidade do SUS não deve ser apenas uma consideração positiva sobre saúde, sendo ela sinônimo de ausência de doença, mas sim de um bem-estar bio-psico-social.

Um dos âmbitos de grande importância na vida dos sujeitos é o meio familiar. Nele há a

constituição, crescimento, desenvolvimento e aprendizado essenciais para a constituição de todo ser humano, e para a vida das pessoas transgêneras, essa realidade não é diferente. É sabido que cada família possui suas particularidades, cultura, hábitos e costumes, existindo assim famílias e famílias. Quando se trata de famílias que possuem integrantes transgêneros, é comum haver duas reações: a não aceitação seguida de exclusão ou a aceitação seguida de aprendizagem. Como esse tema é pouco abordado e discutido no âmbito familiar, é comum que a família seja reprodutora dos ideais heteronormativos da sociedade em que está inserida e quando surgem casos de pessoas que fogem a esse ideal, a primeira resposta dos pais e familiares mais próximos é o questionamento, a descrença de que isso esteja acontecendo dentro da sua própria família; depois do primeiro contato, existem aqueles que acolhem a diferença e tentam conviver com ela, aprender mais, respeitar e promover o respeito, e aqueles que não querem lidar com isso diretamente, por questões particulares, religiosas, ou qualquer outras que para elas justifiquem que o que está acontecendo é errado, e preferem excluir, se mantendo afastados dos seus familiares "desviantes". Não cabe a nós dizer o que é certo ou errado, mas cabe aqui a reflexão de que, como foi dito, existem diferentes famílias, e que é

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

necessário, assim como na escola, haver uma abertura da família para tais assuntos, uma iniciação de debates sobre a diversidade com os pais, os filhos, a família em geral, para que se tenha a convicção de que, ideais ou não, transgêneros também são seres humanos e merecem respeito.

Ao sair dessa família particular, o sujeito buscará formar sua própria família, o que não é uma regra, mas acontece na maioria das vezes. Na nossa sociedade contemporânea ocidental, a família é percebida como a mais “natural” das instituições, o núcleo organizador a partir do qual irão estruturar-se e serão transmitidos os valores mais importantes da nossa cultura. No Ocidente, o modelo familiar mais comum corresponde ao da “família nuclear”: um pai, uma mãe e filhos. Ele está apoiado em uma realidade biológica irreduzível até esse momento: é necessário um homem e uma mulher para produzir uma criança (ZAMBRANO, 2006). Entretanto, sabe-se que cada vez mais vem surgindo novos arranjos familiares na nossa sociedade, e é aí que se situa a família homoparental, que coloca em questão uma boa criação através da relação dos pais com os filhos e não a sexualidade dos pais. Mas essa denominação se torna insuficiente quando se trata da parentalidade de travestis e transexuais, isso porque foi baseada na orientação sexual dos pais e não na identidade

de gênero. Nesse caso fica evidente a insuficiência das denominações binárias que não abrangem uma totalidade.

No que diz respeito ao ambiente escolar, a escola se faz presente, na maioria das vezes, como agente disseminador das imposições de gênero ao reforçar as denominações do ser menina e ser menino, da forma de brincar, com uso de cores determinantes, etc., direcionadas ao sexo correspondente ao seu nascimento, como resposta ao que cultura espera desses locais de formação, onde a masculinidade e a heterossexualidade são priorizadas constantemente, transpassadas pelos dispositivos discursivos que os naturalizam e ganham maior influência e poder perante na sociedade.

A cada instante o suplantar da dominação desta dualidade que esconde e reprime a multiplicidade dos gêneros se estabelece na escola como um paradigma da exclusão através de seus discursos, escola essa que funciona como sistema normatizador através das diretorias que se mostram resistentes aos novos arranjos de identidade de gênero, através da vigilância constante a determinadas atitudes desviantes. Tais instituições de poder, não enxergam até que ponto pode-se submeter um (a) aluno (a) trans a determinadas situações que não condiz com a sua identidade de gênero, para, além disso, não



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

dar lugar para estas discussões no âmbito escolar, onde deveria ser um local de desenvolvimento do pensamento e conhecimento como para que possam existir como sujeitos de direitos. Entende-se portanto que cada sistema educacional deve adaptar a proposta à realidade sociocultural em que suas escolas estão inseridas, criando uma síntese entre a proposta universal trazida pelos parâmetros e a realidade vivida por professores e alunos durante suas atividades cotidianas (ROSISTOLATO, 2009, p. 13).

Sendo assim, ao falar da figura trans neste espaço, põe-se em questão uma nova discussão que vai além da representatividade do alunato, posto anteriormente, que vai ao encontro da busca cotidiana por espaço dos profissionais da área de educação, onde se inserem num lugar minado por relações morais, religiosas e heteronormativas do gênero que em seu aspecto mais amplo das relações reafirmam a dicotomia do sexo biológico e o gênero e porque não, por um lugar que dá espaço a transfobia, que acaba por suplantar o medo de perder o emprego, de não ser bem aceita pelas pessoas ou de sofrer algum tipo de violência.

A inserção de professoras travestis e transexuais na sala de aula provocam diversas modificações no âmbito escolar, onde a priori pode se dar como forma de renúncia ao dito “diferente” e demonstram os questionamentos

que duvidam da capacidade delas exercerem tal função. A presença das professoras demonstra uma forma de romper com a influência do poder “supremo” da heteronormatividade, colocando em questão o estigma imposto sobre elas e em contrapartida o enfrentamento destas professoras que não devem ser analisadas de forma caricata a determinado gênero preexistente e sim como especificamente estas se reconhecem.

Nesse sentido, pode-se perceber que no Brasil não é dada visibilidade e a devida importância às questões de gênero por mais que esteja nos projetos de leis, como consequência de uma gênese cultural paternal e colonialista. Na atualidade no âmbito escolar as discussões já deram passos importantes, mas dependem do desprendimento profissional e pessoal dos educadores, como dos diretores a estimularem tais discussões sobre o gênero e sexualidade para além das explicações tradicionais de métodos puramente sexuais.

É impossível falar sobre transgeneridade sem falar sobre transfobia. Entendendo o preconceito como atitudes negativas para com um grupo específico de pessoas, baseado em generalizações feitas através de informações falhas e/ou incompletas, transfobia é a palavra utilizada para denominar o preconceito direcionado ao grupo trans. Esse preconceito



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

é a causa da maioria dos problemas vivenciados pelos transgêneros.

De acordo com o levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 28 horas morre um transexual no Brasil. O grupo LGBT como um todo sofre muita violência, entretanto os assassinatos de pessoas trans se dão de forma um pouco diferente. Quanto à brutalidade, os assassinatos de transexuais tendem a ser mais brutais que os de outros grupos, para explicar esse fato o psicólogo social Elliot Aronson (1979), traz a ideia de que pessoas tidas como normais não matariam outra pessoa, pois isso criaria uma dissonância, sensação de ter feito algo ruim, então para que não haja essa dissonância é iniciado um processo de desumanização. Ao desumanizar alguém o sentimento de culpa desaparece, portanto, cometer atos abomináveis contra essa pessoa se torna algo justificável e até mesmo correto. Quando nos convencemos de que um grupo não vale nada, é subumano, estúpido ou imoral, e desumanizamos os seus membros, podemos privá-los de uma educação decente, sem que nossos sentimentos sejam afetados (ARONSON, 1979).

Um grande número de transexuais é expulso de casa e acabam entrando no mundo da prostituição por ser a única alternativa de conseguir dinheiro, já que o mercado de trabalho ainda não é um ambiente inclusivo.

Apesar do que está presente na Constituição Federal de 1988, o funcionamento dos direitos humanos ainda está distante da realidade das pessoas trans. Sendo assim, surge a questão: quais direitos e para quem? Desde sempre os direitos humanos tem sido direcionado para grupos já privilegiados, sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os grupos percebidos como marginais ou desviantes. Para estes, os direitos humanos sempre foram, e ainda são, negados, já que essas pessoas não são sequer vistas como seres humanos.

Ao pensar os direitos humanos como imutáveis e universais (COIMBRA, 2000), está pressuposto que todos os grupos têm as mesmas necessidades, o que não é verdade, pois enquanto um grupo pode ter como prioridade a propriedade privada, outros ainda estão lutando por um direito tão básico como o nome. Deveríamos, então, entendê-los como descontínuos e em constante movimento de transformação, indo de acordo com as reivindicações do momento histórico que nos encontramos.

O ativismo trans, ou transativismo, luta por respeito e direitos para o grupo de travestis, transexuais e transgêneros, a fim de mudar a situação atual. O nome social é uma das principais pautas desse movimento, já que a incoerência entre o prenome e a aparência leva constantemente pessoas trans à humilhação diária. Algumas ações públicas já

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

vêm sendo realizadas para promover a elevação de escolaridade e preparação para o mercado de trabalho; foi estabelecido também, apesar de ainda ser pouco falado, o dia 29 de janeiro como o dia nacional da visibilidade Trans.

Travestis, transexuais e transgêneros só querem o reconhecimento de sua qualidade de cidadão, com todos os deveres e direitos. Não se pode é simplesmente fechar os olhos para a realidade existente, pois isto não vai fazer com que ela desapareça ou mude sozinha, apenas irá colaborar ainda mais com o preconceito e a discriminação.

CONCLUSÃO

Diante de tudo o que aqui foi exposto, percebe-se que o lócus histórico das pessoas transgênero ainda é o lócus do não-lugar. O pressuposto claro é de que homens e mulheres são necessariamente heterossexuais e cisgêneros. Qual é então o lugar das pessoas trans que quebram o sonho de simetria da relação causal entre as categorias de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual? Em geral, a sociedade brasileira ainda não apresenta uma resposta para essa questão, que envolve, primordialmente, problematizar em si as próprias categorias de homem e de mulher (BUCCHIONI, 2012). A posição das pessoas transgêneras na nossa sociedade ainda é permeada por falácias e preconceitos, que

fazem com que essa população seja discriminada e excluída. Mas é necessário ver que algumas mudanças, mesmo que poucas ocorreram e estão ocorrendo no nosso meio, o que é importante para haver a visibilidade e assim dos grupos trans na sociedade.

Sendo assim, é preciso descortinar ou escancarar um mundo novo que se relaciona a ideia de que é possível superar limites historicamente construídos em nossa sociedade e, portanto, fazer história ao efetivar mudanças, promovendo debates e discussões desse tema, não só na academia, mas em escolas, nos hospitais, nas famílias. É preciso, portanto, esclarecimento e respeito, para então haver a superação do preconceito e a diminuição da violência sexual e de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEIXO, M. T.; SMITH, A. S. P. O. **Corpo, gênero e sexualidade no judiciário paraense: violência doméstica e transgeneridade em perspectiva**. Pará-Universidade Federal do Pará, 2014.

ARAN, M.; MURTA, D. **Do diagnóstico ao transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade**: Uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. Physis Revista da Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009.

ARONSON, E. **O animal social**. São Paulo: Ibrasa, 1979.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. **Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora *Queer***. Natal-RN (V congresso da associação brasileira de estudos da homocultura – ABEH), 2010..

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitária, 2008.

BUCCIONI, T. H. A. **Laerte no banheiro feminino: investigando representações de gênero e sexualidade e representações históricas na mídia**. São Paulo: Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), 2012.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2010.

COIMBRA, C. M. B. **Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo**. Revista Psicologia Política, v. 1, n.1, 2000. p. 139-148.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. **Manifesto pela despatologização das identidades trans**. 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GALINKIN, A. L.; ISMAEL, E. **Gênero**. In: TORRES, Ana Raquel Rosas, et. al. (orgs). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 503- 557.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de lgbt no Brasil**. Relatório 2014. Recuperado em: 10 de maio 2016, de <https://grupogaydabahia.com.br/2015/01/13/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2014/>.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**/ Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

ROSISTOLATO, R. P. R. **Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes**. Estudos feministas, vol.17(1), 2009. p. 11-30.

STREY, M. N. **Gênero**. In: STREY, Marlene Neves, et. al. (orgs.). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis, RJ: vozes, 2013. p. 181-198.

ZAMBRANO, E. **Parentalidades ‘impensáveis’**: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. In *Horizontes Antropologicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, 2006.p.123-147.